



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LICENCIATURA**

PLENA OU PARCIAL?

**Uma Análise sobre a Prática Participativa e Deliberativa no SINTEAL
(2009-2012)**

PAULA FRANCISCA PEREIRA

MACEIÓ- AL
2014

PAULA FRANCISCA PEREIRA

PLENA OU PARCIAL?

**Uma Análise sobre a Prática Participativa e Deliberativa no SINTEAL
(2009-2012)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Ms. Ranulfo Paranhos.

MACEIÓ- AL
2014

PAULA FRANCISCA PEREIRA

PLENA OU PARCIAL? Uma análise sobre a prática da participativa e deliberativa no SINTEAL (2009-2012).

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 23/05/2014.

Banca Examinadora

Prof. Ms. Ranulfo Paranhos (Orientador)
ICS/UFAL

Prof. Dr^a. Marina Felix de Melo (Examinadora)
ICS/UFAL

Prof. Dr. Gabriel A. Miranda Setti (Examinador)
ICS/UFAL

Ao meu pai, Francisco Caetano Pereira (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela a minha existência e a daqueles que me rodeiam.

A minha mãe, pelo cuidado.

Ao consorte, pelo apoio objetivo e subjetivo à minha decisão de retomar os estudos.

Ao meu filho, sua chegada em minha vida desenvolveu em mim uma postura mais flexível diante da vida.

Ao meu orientador, Professor Ranulfo Paranhos, pela generosa contribuição no trabalho e pela paciência no processo da orientação.

A minha cunhada, por ter sido a ponte de comunicação entre mim e a diretoria do SINTEAL.

A presidente do SINTEAL, Consuelo e demais membros da diretoria que muito bem me receberam e pela disponibilização dos documentos solicitados.

Ao Professor Amurabi Pereira de Oliveira do Centro de Educação e aos professores do ICS, pela contribuição em minha formação acadêmica.

Aos Professores Gabriel Setti e Marina Melo, por terem aceitado fazer parte da banca avaliadora de minha defesa de TCC.

RESUMO

Qual a prática participacionista e deliberacionista do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas? Esta é uma pesquisa exploratória com o objetivo de identificar as características da prática da participação e da deliberação a partir das reuniões ordinárias do SINTEAL, no período de 2009-2012. Metodologicamente, a fim de atender o objetivo, fizemos revisão de literatura e análise descritiva de informações a partir de um banco de dados inédito sobre as reuniões ordinárias do SINTEAL. Os resultados indicam que: (1) Nos quatro anos analisados, o tema central das reuniões no SINTEAL que mais se destaca é o da política salarial. (2) Ao aprofundar a análise do tema central das reuniões, levando em consideração sua frequência por ano, também observamos que o tema que mais se destaca é o da política salarial em detrimento de outros temas. (3) A categoria política salarial que se destaca como tema central nas reuniões do sindicato, também aparece nos temas secundários 1, 2 e 3, e a depender do ano até aparece como tema secundário principal. (4) Há mais tomada de decisão através de votação nas reuniões que tem como tema central a política salarial. (5) E quanto maior a quantidade de indivíduos presentes nas reuniões, maior a quantidade daqueles que se pronunciam. A redução observada da dimensão Participacionista e da dimensão da Deliberação, assim como uma maior concentração de atividades, desempenhadas pelos atores sindicais, diretamente relacionadas ao tema da política salarial, caracterizam a prática da participação e da deliberação no SINTEAL como parcial.

Palavras-Chave: Democracia Participativa; Democracia Deliberativa; SINTEAL;

ABSTRACT

What participationist and deliberacionista practice Workers Union of Alagoas Education? This is an exploratory research aiming to identify the characteristics of the practice of participation and deliberation from the ordinary meetings of SINTEAL in the period 2009-2012. Methodologically, in order to meet the goal, we did a literature review and descriptive analysis of information from a database of unpublished data on the regular meetings of SINTEAL . The results indicate that: (1) In the four years analyzed, the central theme of the meetings in SINTEAL that stands out most is the wage policy. (2) Upon further analysis of the central theme of the meeting, taking into account their frequency per year, we also observed that the theme that stands out most is the wage policy at the expense of other subjects. (3) The wage policy category that stands out as a central theme in the meetings of the union, also appears in the secondary themes 1, 2 and 3, and depend on the year to appear as the main secondary theme. (4) There is more decision-making through voting at meetings whose central theme wage policy. (5) The greater the number of individuals present at the meetings, the more those who speak out. The observed reduction of participationist size and the size of deliberation, as well as a higher concentration of activities performed by actors union, directly related to the topic of wage policy, characterizing the practice of participation and deliberation in SINTEAL as partial.

Key words: Participatory Democracy ; Deliberative Democracy ; SINTEAL ;

“Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”

Graciliano Ramos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1- SINDICALISMO NO BRASIL	
1.1 Breves históricos dos sindicatos no Brasil.....	15
1.2 O papel dos sindicatos de educação.....	19
1.3 SINTEAL: Desenho institucional.....	20
2 - DEMOCRACIA PARTICIPATIVA/DELIBERATIVA	
2.1 Revisão sobre a democracia participativa.....	25
2.2 O efeito pedagógico da participação nos indivíduos.....	27
2.3 Contextualização histórica e a identificação da debilidade do associativismo desde o início de suas atividades no Brasil.....	27
2.4 A proposta de Habermas para uma democracia deliberativa e a proposta de Avritzer para um associativismo de fato público e bem mais deliberativo.....	30
2.5 À luz de Avritzer, a transformação do conceito deliberativo de Rousseau a Habermas.....	31
2.6 Quanto ao conceito de representação não eleitoral.....	36

2.7 O conceito de instituições participativas e os desenhos institucionais existentes que viabilizam a deliberação em políticas públicas, segundo Avritzer.....	39
2.8 A relevância das associações e alguns dos impasses deliberativos.....	40
3 – METODOLOGIA E RESULTADOS	
3.1 Pesquisa Exploratória.....	42
3.2 Estudo de Caso.....	42
3.3 Construção do banco de dados.....	43
3.4 Resultados.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
ANEXO A.....	58
ANEXO B.....	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de frequência e percentual das Reuniões ordinárias por ano.....	44
Tabela 2 - Distribuição de frequência e percentual do Tema central da reunião nos quatro anos.....	45
Tabela 3 - Distribuição de frequência e percentual do Tema central da reunião por ano.....	46
Tabela 4 - Distribuição de frequência e percentual dos Temas secundários da reunião por ano.....	47
Tabela 5 - Distribuição de frequência e percentual da Votação por tema central.....	48

LISTA DE SIGLAS

APAL= Associação dos Professores Primários de Alagoas.

CAE= Conselho de Alimentação Escolar.

CUT= Central Única dos Trabalhadores.

CNTE= Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

CREs= Coordenadorias regionais de ensino.

SINTEAL= Sindicato dos trabalhadores da educação de Alagoas.

SINTUFAL= Sindicato dos trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas.

INTRODUÇÃO

Qual a prática participacionista e deliberacionista do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas? O objetivo desse trabalho de conclusão de curso é responder essa questão de pesquisa, de forma exploratória, a fim de identificar as características da prática da participação e da deliberação do SINTEAL, no período de 2009-2012. Os temas da participação política e da deliberação são bem instigantes, ainda mais, em um contexto social democrático marcado pelo alto grau de apatia política.

A Constituição Federal assegura a livre participação política de forma individual ou coletiva. A nossa organização política se alicerça na forma de governo representativo, legitimado pelas eleições, governo no qual a participação política da grande parcela da sociedade é restrita ao ato de votar em eleições livres e regulares. Contudo, devido a uma crise de representação via eleição e a existências de novas demandas da sociedade civil, identificadas pelos teóricos participacionistas e deliberativistas, é notório a necessidade de poder compreender melhor outras formas de participação na tomada de decisão pública, como deliberação, em quais espaços ocorrem e o que almeja. Esse tem aparentado ser um elemento tipicamente democrático e representa um clamor social, intelectual e até político para a ampliação dos espaços de participação e deliberação.

A literatura em Ciências Sociais tem se preocupado em estudar os efeitos da participação e da deliberação, principalmente em relação aos sindicatos. Estes últimos são instituições civis por excelência, formados por diversas categorias existentes na sociedade, com o objetivo de influenciar em algum grau, tanto na tomada de decisão nas empresas privadas quanto a posições advindas de governos no que diz respeito a políticas de direitos de trabalhistas.

A escolha do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas como objeto de estudo se justifica pelo fato ser uma instituição clássica da participação política e deliberação, manter suas atividades por mais de vinte

anos, o que implica em uma certa institucionalização. Bem como por não ter sido realizado até o momento pesquisa acadêmica sobre essa entidade cujo foco fosse a participação e a deliberação como *background*.

A fim de cumprir com o referido desenho de pesquisa, este trabalho está dividido em quatro seções. A próxima seção apresenta uma discussão sobre o sindicalismo no Brasil, o papel dos sindicatos de educação e sobre o desenho institucional do SINTEAL. No segundo capítulo, será realizada uma revisão teórica sobre a democracia participativa e deliberativa. Em seguida será exposta a metodologia do trabalho e os resultados. A última seção sintetiza nossas considerações finais.

CAPÍTULO I

Sindicalismo no Brasil

Os sindicatos existem de forma oficial no Brasil desde 1943. A história nos mostra que eles existiram bem antes disso no Brasil. Mas foi através da legalidade assegurada pelo Estado que eles passaram a ser objeto mais fortemente estudado pela Sociologia e áreas afins.

De modo geral, os teóricos argumentam que essas entidades nasceram legalmente sob a autoridade estatal, característica que limitava a autonomia de atuação dessas instituições. Nesse contexto, a função principal do sindicato era a promoção de assistências social e recreativa. O que começou a mudar durante o processo de redemocratização do país, passando a figurar como principal atividade sindicalista as reivindicações por melhores salários e condições de trabalho. Tal mudança se efetivou com a promulgação da conhecida Constituição Cidadã, assegurando um aumento considerável no número de sindicatos por todo o país, inclusive os sindicatos na área de educação.

1.1 Breve históricos dos sindicatos no Brasil

Os sindicatos são formas de associação que surgiram em virtude da necessidade de se defender e ampliar os direitos dos trabalhadores, entre o fim do século XIX e início do século XX. Primeiro surgiram os sindicatos compostos por operários da indústria, algumas décadas depois foi que surgiram os sindicatos em educação. Estes últimos têm sua origem ligada a movimentos que reivindicaram por um sistema público de ensino a nível nacional. Foi na era Vargas 1930-1945 que a estrutura do sindicato foi definida e implementada pelo Ministério do Trabalho, através da consolidação das leis do trabalho em 1942. Tal estrutura é composta por três tipos de entidades de acordo com Almeida (2008):

(...)1) sindicatos de categoria profissional, de base municipal, sem representação nos locais de trabalho. A categoria profissional é definida pela atividade principal da empresa empregadora, por uma comissão de enquadramento existente no Ministério do Trabalho. O Sindicato é único na sua base territorial e detém a prerrogativa de representação de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, perante as organizações patronais correspondentes; 2) federações - compostas por todos os sindicatos da mesma categoria profissional no âmbito estadual. Ex.: Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo; 3) confederações - congregando, no plano nacional, as federações pertencentes a grandes setores de atividade: indústria, agricultura, comércio, transportes terrestres, marítimos e fluviais; transportes urbanos, setor financeiro e bancário. educação e cultura, profissionais liberais (ALMEIDA, 2008: p. 280).

Neste contexto, o movimento obteve ganhos para a massa trabalhadora, mesmo não dispondo de autonomia sindical. Ganhos esses disponibilizados em virtude da relação de proximidade da associação com o Estado, relação essa que é justificada também pela habilidade das lideranças em reunir o apoio político dos trabalhadores para o grupo de poder desejado.

Com o golpe militar de 1964 e a instituição de um Estado autoritário comandado pelos militares, essa relação de proximidade entre as duas instituições foi rompida, os sindicatos passaram a ser perseguidos pela força policial e pelo aparato burocrático-legal. A nova ordem estatal exigiu o cumprimento de leis que já existiam desde a Era Vargas, que não tinham sido exigidas antes por falta de interesse político, já que havia uma relação de aproximação entre as duas esferas. Essas leis suprimiram a liberdade e autonomia do movimento sindical, o que causou a interferência do Estado no capital econômico da entidade bem como a destituição, por parte do mesmo, de diretorias que eram consideradas contrárias ao regime, houve limitação do direito de greve e negação explícita do direito de negociação salarial.

No período pós-1965, passado as grandes intervenções estatais nas atividades sindicais, os sindicatos reiniciaram suas atividades de oposição como resposta a política trabalhista autoritária que não viabilizava o aumento dos salários. Em 1968, houve algumas explosões grevistas e duas delas se

destacaram pela violência praticada por parte dos sindicalizados. Em resposta, o Estado que já havia começado a maximizar seu autoritarismo que atingia toda a sociedade, os reprimiu com a mesma moeda. Logo, os sindicatos se subordinaram ao Estado e passaram a se dedicar principalmente a realização de atividades de caráter assistencial, por exemplo, assistência jurídica, médica, odontológica etc. elas eram patrocinadas pela contribuição sindical (ALMEIDA, 2008).

Em 1973, os sindicatos dos metalúrgicos (trabalhadores de empresas automobilísticas) de São Bernardo do Campo (SP) protagonizaram o que muitos autores caracterizam como o novo sindicalismo. A liderança sindical criticava abertamente a política social e trabalhista do governo autoritário, exigiram o direito pleno de fazer greve, a liberdade e autonomia sindicais. Como dispositivos necessários para finalizarem com a interferência do governo na fixação dos reajustes anuais dos salários, essa pauta ficaria apenas a cargo dos proprietários e dos sindicatos. Propuseram também a criação de entidades sindicais no local de trabalho, com o objetivo de aumentar o poder de mobilização e participação de seus associados e imprimir um caráter democrático as atividades. As propostas do novo sindicalismo distanciam-se tanto das práticas sindicais da Era Vargas, quanto das políticas social e trabalhista do governo autoritário (ALMEIDA, 2008).

Com a abertura política, iniciada dentro do contexto de redemocratização, várias entidades sindicais expuseram suas demandas até então reprimidas pelo governo. Entre tais categorias: os trabalhadores da siderurgia, da indústria do petróleo, bancários, médicos, professores etc. No apogeu do novo sindicalismo, este conseguiu agregar as mais variadas reivindicações e com isso ligou os vários grupos de trabalhadores. Esse movimento trabalhista inovou quando, para além das demandas distributivas, reivindicou por demandas simbólicas, relacionadas à atribuição da dignidade a condição operária na sociedade bem como a igualdade política na esfera política. Contudo, nessa conjuntura, o governo utilizou de dispositivos legais para interferir nos sindicatos. Que implicou não na extinção das greves, mas sim em sua diminuição. Apesar das dificuldades, houve mudança na política

salarial, confirmação do direito à greve e liberdade para a atuação sindical na esfera política (ALMEIDA, 2008).

O novo sindicalismo conquistou o direito de criar ambientes de negociação direta e descentralizada e a livre contratação das empresas. No entanto, não conseguiu romper com a estrutura e procedimentos de negociação até então vigentes. A manutenção de uma atitude conservadora por parte dos líderes do novo sindicalismo culminou na fragmentação do movimento. O Novo Sindicalismo e a Unidade Sindical exemplificam os novos arranjos que foram formados por categorias heterogêneas. Como efeito principal de tal polarização, para além de elaboração de diferentes estratégias para reivindicações, houve a reflexão de orientações políticas díspares pelos dois grupos. E conseqüentemente, por exemplo, a fundação do PT pelo novo sindicalismo liderado por Lula. Os laços que passam a unir sindicatos e partidos torna os primeiros dependente da lógica da competição dos segundos, o que dificulta a livre negociação coletiva (ALMEIDA, 2008). E segundo Lira (2012):

Com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, o direito de sindicalização é estendido aos trabalhadores do setor público (ANTUNES, 1995).” “Segundo Giannotti (2007, p. 222) havia, naquele momento, “uma rica elaboração teórica sobre a estrutura sindical, e a proposta de várias oposições sindicais era que os sindicatos deveriam ser independentes e autônomos do Estado (LIRA, 2012: p. 36).

De acordo com Santana (1999) há várias análises acadêmicas sobre a história do movimento sindical brasileiro. Geralmente, essas interpretações privilegiam a ótica da continuidade ou da ruptura. Os defensores da primeira ótica atestam a existência de vínculos entre o “novo” e o “velho” nas práticas sindicalistas. Quando optam pelo prisma da ruptura, a exemplo da análise descrita acima, argumentam a constatação de mudanças relevantes, que caracterizam rupturas entre as “novas” e “velhas” práticas sindicais. O mesmo autor frisa a necessidade de se incorporar nas análises acerca do movimento sindical a influência da academia. Pois as reflexões desta que privilegiavam a ruptura, foram utilizadas nos discursos das lideranças do novo sindicalismo.

Havendo, por tanto, uma conjuntura que vai para além da dimensão política-sindical.

1.2 O papel dos sindicatos de educação.

Segundo Rosso (2012) a estrutura administrativa educacional, seja ela de ordem pública, privada ou outra, é dividida em três esferas. A esfera federal é responsável pela oferta de ensinos médio tecnológico, graduação e pós-graduação. Cabe ao Estado ofertar o ensino médio e também os últimos anos do ensino fundamental. E a esfera municipal deve ofertar o ensino da pré-escola até as séries iniciais do fundamental.

Essa distinção reflete-se na categoria dos profissionais da educação, o que forma um grupo heterogêneo, o que explica ao menos em parte, o aumento do número de sindicatos de profissionais da educação, a fim de melhor se organizarem e defender os interesses da categoria. Vale ressaltar que a constituição federal de 1988 assegura e dá legitimidade a tais instituições, o que não quer dizer que seja esta uma variável explicativa para o aumento dos sindicatos no Brasil.

A fim de exemplificarmos o que foi dito acima, em Alagoas, o Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas (SINTUFAL) representa a categoria de trabalhadores da educação da UFAL, enquanto o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas (SINTEAL), instituição abordada em nosso trabalho, representa a categoria dos professores e funcionários, ativos e aposentados que atuam na educação estadual e municipal. De acordo com o estatuto deste último, o objetivo principal da entidade é defender os interesses dos associados, prestar assistência aos mesmos etc., os objetivos do sindicato estão, na íntegra, no ANEXO A deste trabalho. Como podemos observar o objetivo primeiro é de caráter corporativista. Entretanto, Gouveia (2013) destaca, entre outros pontos, que os sindicatos de educação são mais atuantes na política educacional do governo, do que em causas mais específicas da categoria. Ou seja, participam mais de atividades ligadas aos Conselhos

municipal de educação, FUNDEF e FUNDEB, que visam fiscalizar e formular a política educacional. Em detrimento de discussões pertinentes à carreira docente. A autora cogita como possibilidade de resposta para tal constatação, o fato de o Estado não dispor, por vários motivos, de espaços institucionalizados para a discussão de problemas corporativistas e trabalhistas. O que há são conselhos em todas as instâncias que são usados para fiscalizar e propor políticas educacionais.

No entanto, não seria a partir de uma influência na política educacional que conseqüentemente a entidade poderia vislumbrar uma discussão também de caráter corporativista? Uma vez que, pelo menos em tese, a discussão por melhor salário e condições de trabalho docente deve fazer parte da política educacional.

1.3 SINTEAL: Um desenho institucional

O sindicato explorado em nosso trabalho localiza-se, desde o início de suas atividades até o presente momento, na Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2339, Mutange, Maceió/ Al. O espaço em destaque foi doação do Governador Lamenha Filho na década de 1960. Atualmente o SINTEAL conta com um total de 25.669 membros filiados, entre os quais, professores e funcionários da educação pública, ativos e aposentados (LIRA, 2012).

O SINTEAL foi fundado em 15 de março de 1965 e reconhecido através da lei nº 2.921 de 09 de maio do mesmo ano, com o nome: Associação dos Professores Primários de Alagoas (APAL). Sua principal função era a realização de atividades assistenciais e recreativas, o que era comum no contexto de governo autoritário da época.

Segundo Lira (2012), tal órgão tinha laços institucionais com a Secretária Estadual de Educação:

A celebração em homenagem ao primeiro ano do governo da produção de Divaldo Suruagy, em 1978 promovido pela Associação em conjunto com a SEE (ANEXO VI) demonstra bem o grau de relacionamento entre o poder público e a

entidade representativa do magistério, na medida em se que uniram para comemoração do aniversário do início da gestão do governador (LIRA, 2012: p.46).

O que em grande parte explica a interpretação do autor sobre a passividade das ações do sindicato naquela conjuntura, pois limitavam-se a negociações de cúpula, a “acordos por debaixo dos panos”, em detrimento da apresentação das reivindicações via enfrentamento aberto, através das grandes mobilizações.

Em virtude dessa política de atuação de não enfrentamento, uma parte dos filiados, bem como outros profissionais ligados a movimentos sociais etc. se opuseram a APAL. Entretanto, foi só em 1984 que a oposição conseguiu, através de eleições, chegar à presidência do sindicato, com a esperança de tirar a APAL da influência do governo. A professora Maria Alba Correia da Silva, como primeira presidente de oposição, conseguiu algumas conquistas para a categoria, são elas: inovação no encaminhamento de demanda, extensão da ação sindical através da fundação de diversos núcleos no interior do Estado, autonomia em relação ao governo e o direcionamento do sindicato para a defesa real dos interesses de classe. O que para Lira (2012) configura o fortalecimento da luta pela autonomia sindical, através de uma postura contestatória e do enfrentamento direto em defesa das pautas. Essa administração foi orientada pelos lemas: “Educação de qualidade, valorização profissional e contra a discriminação da lei NS-400”¹.

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, foi realizada no mesmo ano, a assembleia de fundação do SINTEAL (Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Alagoas), que agregou várias entidades da educação, unificando assim a categoria. Um passo importante para torná-la

¹ Projeto de Lei que foi criado no Governo Divaldo Suruagy (1982-1985), visava equiparar o piso salarial dos professores de nível superior com as demais carreiras de Estado. Tal projeto foi sancionado por pressão do movimento de oposição (APAL). O que explica em grande parte a chegada da oposição na direção da APAL nas eleições seguintes. Essa lei não contemplava os professores que tinham apenas o magistério.

mais forte no processo de lutas por suas reivindicações. As entidades agregadas foram:

Associação dos Professores de Alagoas (APAL), Associação dos Orientadores de Alagoas (AOEAL), Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), Associação dos Supervisores de Alagoas (ASEAL), Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) /Secção de Alagoas, Associação de Professores de Educação Física (APEFEAL) e a Associação de Educação Católica (AEC) (LIRA, 2012: p.52).

Nesse primeiro momento, o SINTEAL foi administrado por uma diretoria provisória que realizou o I Congresso Estadual, onde foi aprovado o estatuto do sindicato e realizada a primeira eleição para a mesa diretora². Exceto em 1991, as eleições do SINTEAL tem sempre ocorrido com a concorrência de uma única chapa, em eleição direta e secreta em todas as escolas e nas coordenadorias regionais de ensino (CREs) da capital e interior.

Lira (2012) identifica que no que se refere à atuação do SINTEAL na esfera política, houve um estreitamento dos laços dessa entidade com partidos políticos (há uma disputa interna dos partidos pela direção sindical), em especial o PT e PC do B. A literatura nos diz que essa aproximação é comum atualmente, mas ao mesmo tempo trava a autonomia das ações do sindicato. Ainda assim, Lira (2012) definiu a entidade como organização autônoma:

O Sinteal configura-se como uma entidade autônoma de direito privado e sem fins lucrativos, representante do conjunto dos trabalhadores da educação das redes estaduais e municipais, tendo como base territorial todo o Estado de Alagoas (LIRA, 2012: p.60).

O próprio estatuto do SINTEAL (2009) define seus objetivos como:

²Milton Canuto de Almeida: presidente; Maria do Socorro Aguiar de Oliveira: vice-presidente; Ieda Brito da Silva: secretária-geral; Tereza Márcia Monteiro: 1ª secretaria; Jadson Rufino dos Santos: tesoureiro; Ilda Duarte: suplente; Vânia Galdino da Silva: assuntos educacionais; Carmem Lúcia Azevedo Martins: suplente; Lenilda Aureliano Lima: assuntos intersindicais; Mário César Fontes: suplente; Maria Ivone Santos Oliveira: formação sindical; Rosineide Mendonça: suplente; Maria Júlia Tavares: patrimônio; Marlene Alves: suplente; José Pereira de Gusmão: diretor social; Lielba França bandeira: suplente; Aguinaldo Teixeira Júnior: jurídico; José Ednor de Almeida: suplente. Miriam da Silva Oliveira: imprensa; Cláudio Vilarins: suplente, Antônio Leal Rocha: assuntos municipais; Afonso Souza Cândido, suplente (SINTEAL, 1991).

Destacam-se a promoção da união dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, a prestação de assistência e apoio aos seus associados, o incentivo ao surgimento de novas lideranças, a realização de eventos de formação político-sindical dos associados e o combate a toda e qualquer forma de discriminação étnica, religiosa, político-partidária ou de gênero (SINTEAL, 2009: p. 60-61).

Até o respectivo ano, a organização administrativa do SINTEAL foi composta pela direção que é eleita a cada triênio e que dispõem de 28 cargos, também por 12 núcleos regionais, sendo que cada um deles têm 08 membros titulares e 03 membros adjuntos e representam, cada qual, um número delimitado de municípios. Os núcleos regionais estão distribuídos conforme é possível verificar no ANEXO B deste trabalho.

A prática da participação e da deliberação ocorre nesse sindicato através das seguintes instâncias: Congresso Estadual (realizado a cada três anos), a Assembleia Geral, o Conselho de Representantes Sindicais a Diretoria, os Núcleos Regionais e o Conselho fiscal. Os temas da pauta de reivindicações, da atuação política do sindicato e da orientação ideológica educacional etc. são aprovados nessas instâncias, com exceção do conselho fiscal, em reuniões mensais (LIRA, 2012). Há também por meio da categoria, o reconhecimento de que o espaço público é de fato público, no qual sempre que são mobilizados realizam caminhadas, como uma das formas de fazer pressão contra a política educacional do governo.

O sindicato ainda, para além de suas atividades internas, representa a categoria em várias instituições estatais externas, o que o caracteriza, em alguma medida, o reconhecimento de sua legitimidade por parte do Estado. São elas: FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento, Manutenção e Valorização dos Profissionais da Educação) em âmbito estadual e municipal. Representam ainda, o sindicato nos conselhos de educação, de alimentação escolar, da criança e adolescente e fóruns da sociedade civil como o de educação, de alimentação e nutrição, de educação no campo de jovens e adultos, de educação infantil e até de combate à corrupção de acordo com (MELLO e LIMA, 2010), segundo (LIRA, 2012). Os participantes da direção integram

também a direção estadual e nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação).

Segundo Lira (2012) os recursos financeiros são arrecadados de seus membros pela direção geral e cabe a esta assim como ao conselho fiscal, administrar e distribuir os valores de acordo com critérios previamente estabelecidos, em reunião do conselho de representantes. A prestação de contas deve ser realizada anualmente em assembleia ordinária conforme o estatuto.

Posta uma breve nota sobre os sindicatos no Brasil, assim como o papel dos sindicatos de educação, bem como o contexto histórico e administrativo do SINTEAL, realizaremos a seguir uma discussão sobre os pressupostos teóricos da participação e deliberação. Com o intuito de melhor entender tais elementos e conseqüentemente poder realizar o objetivo principal de nosso trabalho, a saber, compreender como acontece a participação e a deliberação no Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas.

CAPÍTULO 2

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA/DELIBERATIVA

2.1 Democracia Participativa

Pateman (1992) revisita entre outros, dois clássicos, Rousseau (1968) e Mill (1937) e o contemporâneo Cole (1920), em sua obra, Participação e Teoria Democrática, com objetivo de trazer à tona a centralidade da participação dentro da teoria política. Uma vez que para eles, ela tem um papel central nas análises por ter uma função educativa. Essa última refere-se que quanto mais o indivíduo participa mais ele aprende a participar da política.

Na teoria participativa os indivíduos e as instituições não são percebidos de forma atomizada, diferentemente da teoria de democracia contemporânea. Segundo Pateman (1992),

(...) A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia, pois o máximo de todas as pessoas, a socialização ou “treinamento social”, precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver (PATEMAN, 1992: p. 60).

Pateman (1992) também afirma que para haver um governo democrático é necessária uma sociedade participativa. (dentro de sistemas políticos formais e informais). A mesma deixa isso bem claro ao argumentar que:

(...) Na teoria participativa, a “participação” refere-se a participação (igual) na tomada de decisões, e “igualdade política” refere-se à igualdade de poder na determinação das consequências das decisões (PATEMAN, 1992: p.61-62).

Em contrapartida, segundo Pateman (1992), para os teóricos da democracia contemporânea a participação popular é vista com algo irrelevante dentro da democracia. E essa última é um método, uma forma de gerir o Estado. Que é formada por arranjos institucionais legais a nível nacional. E o que o diferencia dos demais é a competição entre os líderes (elites) em eleições regulares, disputando os votos do povo (eleitores). Sendo através das eleições

que a maioria exerce controle sobre seus líderes. E caso os líderes não atendam as reivindicações, poderão ser punidos com a não renovação de seus mandatos. A igualdade política é percebida através do sufrágio universal. Para essa corrente, a participação da maioria é restrita a escolha do representante, com uma função de proteção contra decisões de líderes autoritários e de seus interesses privados. Para a manutenção da Máquina eleitoral é necessário pouca participação, uma vez que é típico da grande maioria o comportamento antidemocrático. Logo, essa maioria participando poderia abalar as regras do método democrático.

Pateman (1992) define o conceito de participação que pode ser aplicado em estudos da indústria e de outras associações, são eles:

(1) *Pseudoparticipação*: quando não ocorre participação alguma na tomada de decisão.

(2) *Participação parcial*: “quando o trabalhador A não tem igual poder de decisão sobre o resultado final do que se delibera, podendo apenas influenciá-lo” (p.97).

Participação plena:

(...) Consiste num processo no qual cada membro isolado de um corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões. Do mesmo modo que a parcial, a participação plena é possível tanto no nível mais baixo quanto no mais alto da administração, ou em ambos.” P.98. E para ocorrer de fato à participação: “(...) os empregados precisam estar de posse das devidas informações sobre as quais possam basear a sua decisão (PATEMAN, 1992: p.96).

Ao partir da ideia de que democracia boa é aquela na qual o indivíduo é coativo (participa), Pateman (1992) defende o papel central da participação em uma teoria democrática moderna. Com base em argumentos teóricos de pares anteriores a ela, bem como pela replicação de tais argumentos da teoria participativa, que a mesma fez no contexto industrial iugoslavo. Pois defende que o efeito educativo da participação desenvolve a cidadania dos indivíduos,

esse desenvolvimento predispõe a articulação dos mesmos para tentar reverter os quadros de injustiças sociais, nos quais possam se encontrar.

2.2 O efeito pedagógico da participação nos indivíduos.

Segundo Luchmann (2012), há evidências empíricas que comprovam o caráter educativo da participação dos indivíduos em espaços coletivos, conforme sustenta a teoria participacionista. Porém, o que ainda não se aferiu devido à complexidade inerente a tal efeito, foi a influência do mesmo na atuação cívica. Que poderá dar, de acordo com a autora:

(...)nova maquiagem as praticas tradicionais, como podem aumentar o repertorio da ação política, com impactos positivos nas normas, padrões e comportamentos dos atores políticos e sociais (LUCHMANN, 2012: p. 527).

Ou seja, a maximização da participação política dos indivíduos tenderá a influenciar a ação política dos atores políticos em prol do segmento dos indivíduos atuantes. Em Santos (2002), é discutida a relação entre democracia representativa e democracia participativa, que alguns elementos das duas tradições podem e devem articular-se de forma prática. Como exemplo, é citado entre outros, a implementação do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Em tal instituição civil é permitido à associação de qualquer cidadão no processo participativo, as eleições de seus delegados e conselheiros são realizadas pela população, e há uma capacidade real de alterar a relação entre Estado e sociedade através da participação, com base nos estudos de Avritzer (1997; 2000; 2007; 2008).

2.3. Contextualização histórica e a identificação da debilidade do associativismo desde o início de suas atividades no Brasil.

Apesar de existir um consenso quanto à consolidação da democracia, nela, ainda residem aspectos culturais e sistemas políticos típicos do momento anterior a mesma. Entre eles: a permanência de indivíduos dentro do novo

contexto, mesmo tendo feito parte do jogo político na ditadura por exemplo. O que colabora, segundo Avritzer (1997), para:

(...) tais relações têm produzido uma rede invisível de relações entre o Estado e o sistema político, rede essa que produziu algumas das principais crises pelas quais as novas democracias latino-americanas passaram até o momento (AVRITZER,1997: p.150).

Outro aspecto refere-se à falta de equilíbrio na distribuição do poder entre os diversos grupos da sociedade. Que pode ser observada segundo Avritzer (1997), através das privatizações nas quais, o Estado se exime de pensar no equilíbrio ao dar condições favoráveis aos grupos econômicos que lhe são conhecidos. Como terceiro aspecto, o autor vai apontar a falta de mudança existente na distribuição do poder societário. E pode ser observada, ainda em acordo com o mesmo, através da reprodução das máquinas clientelistas por parte das políticas sociais.

Avritzer (1997) apresenta os elementos determinadores da debilidade do associativismo, elementos esses que também permitem uma compreensão da peculiaridade do liberalismo latino-americano. São eles: *“Em primeiro lugar, uma insuficiente separação entre a economia e a esfera privada”* (p. 154). Nos espaços de produção agrícola havia comércio, residências e festas. A hierarquização da família não teria como servir de base para uma esfera pública de iguais. Outro elemento foi o caráter religioso identificado no associativismo, este encontrado no Brasil no período da pré-independência. Como exemplos, temos as Santas Casas, que eram extremamente homogeneizadoras, por solicitar de seus membros certas condições para poderem se associar. E as irmandades religiosas, um pouco menos, mas ainda sim homogeneizadoras, por não encarar a questão racial como impedimento para associação de seus membros, entretanto, exigia a mesma doutrina religiosa. O papel assumido pelas lojas maçônicas. Diferentemente do contexto europeu, as lojas maçônicas no Brasil não atuaram pelo Estado laico e nem pelas demandas pluralistas. E por fim, o fato de se esquivar das diferenças culturais existentes entre as sociedades latino-americanas e norte

americanas. Que pode ser observado, segundo o autor, através da implementação de instituições políticas muito semelhantes as do EUA.

No Brasil, segundo Avritzer (1997) o movimento abolicionista representou o advento de uma esfera societária com formas mais modernas de atuação, próximas das associações civis modernas. São elas: realização de manifestações públicas, admissão de mulheres, utilização da imprensa para promover discussões.

No fim do século XIX, segundo Avritzer (1997), é possível encontrar debilidades no associativismo, são:

(...) ele surge marcado por um forte componente religioso e, pelo outro, começa a se homogeneizar, com o associativismo sindical constituído por atores e associações, antes que houvesse tido a chance de se pluralizar. Ou seja, a pluralidade e a autonomia em relação ao Estado não chegam a se firmar no associativismo brasileiro desse período (AVRITZER, 1997: p.159).

Tal modelo de ação coletiva é, segundo o autor, um produto da debilidade da própria sociedade e o mesmo vai ser hegemônico no período populista.

O modelo de ação coletiva, segundo Avritzer (1997), é modificado na década de 70. O autor apresenta os fenômenos que caracterizam tal configuração. A construção de solidariedades locais, observadas a partir da prestação de serviços por parte dos movimentos, serviços esses que foram diminuídos ou negados pelo Estado. A releitura da classe média sobre a participação a levou a atuar na esfera pública. E o surgimento de várias associações temáticas; direitos humanos, ecologia e gênero. Essa última tendência, para o autor, mudou o modelo de ação coletiva, o qual passa a ter uma pluralização de atores sociais bem como de temas que passam a ser discutidos. Bem mais do que ter novos atores sociais ocupando o espaço, Avritzer (1997), frisa que eles o fazem de uma forma distinta do contexto anterior. Pois *“(...) perde a sua característica diluidora das demais formas de ação, o que irá permitir a multiplicação das formas societárias de solidariedade”* (p.163).

De acordo com Avritzer (1997) o novo associativismo, no Brasil, é marcado pela “(...) a substituição da funcionalidade pela territorialidade (Oxhon, 1995) e a pluralização das formas de ocupação dos espaços públicos” (p. 164). O primeiro aspecto vai justificar o aumento do número de formações das associações e o segundo vai justificar que, para além, das reivindicações de suas necessidades eles criam novas identidades.

Contudo, ainda sim, segundo o mesmo autor, o espaço pluralizado não consegue minimizar o alto nível de desequilíbrio do poder existente nas relações entre os atores sociais e o sistema político. Tal desequilíbrio é produto do princípio da formação societária, a saber: a desigualdade. Esse arranjo institucional do associativismo predispõe que a associação seja ocupada pela sociedade política ou que seja inserida no próprio Estado. O que vai gerar pouco ou nenhum controle das práticas políticas.

2.4 A proposta de Habermas para uma democracia deliberativa e a proposta de Avritzer para um associativismo público e mais deliberativo.

Habermas (2002) ao analisar o processo democrático tanto do ponto de vista da concepção liberal quanto da concepção republicana, identifica aspectos contrastantes entre as duas correntes, no que se refere ao papel do processo democrático. Aspectos esses que ele classifica como positivos e negativos. A partir de tal análise ele vai propor um terceiro modelo de democracia: a deliberativa.

Em linhas gerais, o autor argumenta que o papel do processo democrático para a concepção liberal está restrito a dimensão formal (um jogo com regras). Em contrapartida, para a concepção republicana mais importante que a dimensão formal, é a comunicação, o autogoverno dos indivíduos. Esses aspectos são vistos pelo autor como positivos, mas não como suficientes se implementados de forma atomizada. Em virtude de sua insatisfação com esses dois modelos de democracia - Liberal e Republicana -, o mesmo propõe um terceiro modelo ideal de democracia: a deliberativa ou deliberacionista.

É perceptível que o modelo deliberativo proposto por Habermas refere-se a uma síntese dos elementos encontrados no modelo de democracia liberal e republicano, elementos esses que o mesmo considera positivos. Que são, a forma (dimensão formal) do primeiro modelo e o conteúdo (a importância da comunicação entre os indivíduos) do segundo modelo.

Habermas (2002) vê a sociedade como uma instituição que é composta por grupos, sendo a comunicação entre eles indispensável para o processo deliberativo, e este último para o consenso necessário entre os mais variados grupos, sobre os mais variados temas.

Mesmo havendo uma ruptura com o modelo homogeneizador de ação coletiva e o aumento no número de associações existentes, bem como de temas discutidos. Isso não vai alterar o desequilíbrio de poder existente entre os atores envolvidos. Diante dessa constatação, Avritzer (1997) propõe três dispositivos (formas) legais para serem inseridos no novo associativismo, com o objetivo de conferir ao mesmo um status realmente público. Através do reestabelecimento dos princípios da publicidade, do equilíbrio societário, da visibilidade. Para conciliar a democracia como organização societária, e assim democratizar as práticas políticas. Os dispositivos são os seguintes: Mostrar a sua razão pública (livre entrada na associação, publicidade do processo decisório e administração financeira, inexistência do lucro como objetivo, formas políticas de relação com o sistema político). Taxar as contribuições associativas (e construir um fundo para incentivo da associação dos não associados). Construir uma câmara provisória de publicidade da sociedade política (na qual, representantes indicados pelas associações e escolhidos pela população iriam regulamentar a forma de competição da sociedade política).

2.5 À luz de Avritzer, a transformação do conceito deliberativo de Rousseau a Habermas

Para alguns teóricos, a deliberação é um processo no qual há uma avaliação das razões envolvidas de uma questão, por parte dos agentes. Entretanto, para outros, é um processo no qual a tomada de decisão realmente ocorra. Tal distinção do termo para Avritzer (2000) predispôs o tratamento da relação entre prática democrática e o processo deliberativo de duas formas

distintas. O que corroborou para a produção do conceito decisionístico e o argumentativo.

A perspectiva analítica de Rousseau (1968) vai eleger como elemento principal dentro do processo de deliberação a decisão. Pois é através desta, que ocorre a aferição da vontade da maioria e com ela, teremos a vontade geral. A chave analítica que supervaloriza o processo de decisão e subestima a argumentação dentro do processo de deliberação foi, de acordo com Avritzer (2000), hegemônica por quase dois séculos dentro da teoria democrática.

Avritzer (2000) apresenta os argumentos que sustentam o modelo decisionístico de deliberação para alguns autores. Weber (1946), na visão de nosso autor, problematizou questões que mais tarde se tornaram elementos da concepção decisionística. Pois não acreditava em debates de povos com culturas diferentes, tão pouco, na participação e argumentação como ferramentas para maximizar a qualidade dos serviços estatais. Baseado na ideia de que os atores sociais são incapazes para tal procedimento, e o são, em virtude de não disporem de objetivos metódicos e sistemáticos. E o funcionamento eficiente das instituições estatais demanda um alto grau de racionalidade específica e essa não é detida pelos atores.

Para Schumpeter (1942), segundo Avritzer (2000), o conflito entre os diferentes povos existe por causa das diferentes visões de mundo. Sendo assim, o que é considerado bem comum para um ator ou um grupo social poderá não o ser para outro grupo. E que não há racionalidade no ator social médio. Logo, as questões culturais e a concepção de bem comum devem ser ignoradas pela política democrática. A perspectiva analítica de Schumpeter (1942), que é compartilhada por outros pares, não contemplou o problema da diferença a partir de uma solução via argumentação. Vale frisar que a descrença na deliberação argumentativa aumentou com uma crise sofrida pela organização política democrática da Europa, na primeira parte do século XX. O que tornou o EUA o centro da política democrática até hoje.

Segundo Avritzer (2000), é possível identificar tais elementos dentro do decisionismo deliberativo nas formulações de Schumpeter (1942): “(...) a

rejeição de formas públicas de discussão e argumentação e a identificação das práticas decisórias com o processo de escolha de governantes” (p. 30). O que caracteriza para este, que a deliberação na democracia se dá apenas através das eleições.

De acordo com Avritzer (2000), Downs (1956) vai identificar no ator social uma racionalidade limitada, por justificá-la a partir de dois elementos:

(...) a capacidade de formar um ranking de preferências e de selecionar as preferências por eles detidas com as propostas políticas feitas na sociedade pelas elites políticas (Downs, 1956, apud AVRITZER, 2000: p. 30-31).

Ele não acredita que os atores sociais possam argumentar e discutir suas preferências, para o mesmo, assim como para Schumpeter (1942), a deliberação se dá mediante o processo eleitoral. O que caracteriza o uso do conceito decisionístico de deliberação em detrimento do argumentativo.

Principais ideias defendidas pelos teóricos decisionistas: Ignorar a pluralidade dos povos para à redução das demandas. A não participação para o efeito de preservar a eficiência da complexidade da administração política. O processo eleitoral, por si só, é o bastante para aferir as preferências dos atores sócias, estas são pré-formadas e não se alteram dentro do andamento do processo político.

De acordo com Avritzer (2000) a supremacia do conceito decisionista de deliberação foi posta em cheque por Jonhn Rawls e Jurgen Habermas, quando estes trouxeram, como elemento central para o conceito de deliberação, a função da argumentação, em suas produções teóricas.

Ao examinar algumas obras de Rawls (1971) (1993), Avritzer (2000) identifica uma dualidade referente ao uso do conceito argumentativo de deliberação do autor:

(...) entre a forma como os indivíduos chegam a um consenso na posição original- através da redução das diferenças- e a forma como o princípio da maioria é postulad (AVRITZER, 2000: p. 34).

Ou seja, em um primeiro momento, na obra *A Teoria da Justiça*, Rawls (1971), segundo Avritzer (2000), entende o seguinte por deliberação: “(...) é uma concepção decisionística baseada na subestimação da diferença e da necessidade de argumentar” (p. 32). Entretanto, em outro momento da mesma obra, segundo Avritzer (2000), Rawls (1971) defende que: “(...) a troca de opiniões com os outros questiona a nossa parcialidade e amplia a nossa perspectiva (...)” (p. 33). O que se percebe nessa última passagem é o destaque dado ao elemento argumentativo dentro do conceito deliberacionista.

De acordo com Avritzer (2000), Rawls (1993) em sua obra, o liberalismo Político, na tentativa de solucionar a problemática que envolve a pluralidade e deliberação, vai apontar o consenso sobreposto. Este parte da ideia de que as diferentes doutrinas tem em comum a mesma concepção de justiça política. Avritzer (2000) interpreta tal proposta sob dois prismas. Que por sempre haver concordância, em virtude dos atores sociais desenvolverem suas preferências de forma individuais, a argumentação é mínima. Ou em acordo com o seu segundo olhar (hipoteticamente falando), quando Rawls (1993), segundo o autor, coloca que:

(...) ao supor os indivíduos não tenham uma concepção de preferência pré-estabelecida, ele reconheceria que existem “discordâncias razoáveis entre indivíduos razoáveis” (Rawls,1993:55) e que tais discordâncias cumprem o papel de “balancear os diversos fins (AVRITZER, 2000: p.35).

Ao analisar algumas obras de Habermas (1984; 1989; 1994; 1995), Avritzer (2000) discute como o autor reintroduziu o elemento argumentativo no conceito deliberativo da teoria democrática. Partindo do pressuposto básico de que as formas de argumentação são sociais, o autor coloca, segundo Avritzer (2000), que a deliberação argumentativa vai se dá através da relação entre a rede de deliberação pública e os sistemas políticos e administrativos. A crítica de Avritzer (2000) a tal concepção refere-se à mesma excluir a eventualidade de arranjos deliberativos institucionalizados na esfera pública. Que vai se dá em Habermas em virtude da opinião pública por ser informal deve manter-se na informalidade. Avritzer (2000) destaca também a contribuição de Habermas acerca da consolidação do conceito de deliberação argumentativa, mas aponta

os limites de tal conceito. Tais limites impedem a institucionalização da democracia deliberativa, que são basicamente a falta de dispositivos necessários, para além de, legitimar as argumentações de forma teórica, torná-las práticas, através das reais tomadas de decisões, por exemplo, se institucionalizando assim a deliberação pública. O que vai se justificar pela crença de Habermas de que a argumentação é apenas uma influência para o sistema político, não indo, portanto, para além disso, no entanto, está presente em sua obra:

Para Habermas, existe uma dimensão argumentativa no interior da relação Estado/sociedade que está além do processo de formação da vontade geral. Tal formulação faz com que a opinião dos indivíduos nesse processo argumentativo não possa ser reduzida, à vontade da maioria como quer Rousseau, ou a representatividade de um só indivíduo na posição original, como quer Rawls. É preciso que o indivíduo expresse as opiniões em um processo de debate e argumentação. Nesse sentido, é possível afirmar que, desde os seus primeiros momentos a teoria habermasiana trabalha com um elemento de deliberação argumentativa.

A obra Habermasiana tem diversos momentos e o seu segundo momento importante ocorre no final dos anos 70 e começo dos anos 80, onde ocorrerá a tentativa de inserir a ideia de um consenso discursivo em uma teoria da reflexividade da ação social. A Teoria da Ação Comunicativa é a obra onde esse empreendimento é construído do ponto de vista teórico. Duas dimensões são centrais a esse empreendimento: a construção de um conceito de mundo social reflexivamente adquirido e a ideia de uma forma de ação que seja intersubjetiva e voltada para um consenso comunicativo (AVRITZER, 2000: p. 36-38).

À luz de Cohen (1997) e Bohman (1996), Avritzer (2000) constata a transformação do processo de discussão argumentativa, este proposto por Rawls (1993) e Habermas (1994), em um processo de deliberação institucional. Uma vez que, segundo Avritzer (2000), para Cohen (1989):

(...) porque os membros de uma associação democrática consideram os procedimentos deliberativos como a fonte da legitimidade, eles preferem instituições nas quais as conexões entre deliberação e resultados sejam mais evidentes do que instituições nas quais tais conexões sejam menos claras (AVRITZER, 2000: p. 41).

E para Bohman (1996),

(...) a deliberação pública [é] um processo dialógico de troca de razões com o objetivo de solucionar situações problemáticas que não encontrariam soluções sem a coordenação e a cooperação entre as pessoas (BOHMAN, 1996: p.27).

Na tentativa de entender por onde e por quais meios vai se dar a deliberação, Avritzer (2000) fez o confronto dos dois modelos de deliberação acima citados. Para poder apontar os locais viáveis para a institucionalização da deliberação pública, que são: os conselhos e o orçamento participativo no caso do Brasil, e sintetizar as condições necessárias para que a deliberação ocorra nesses espaços citados. O fato de haver um espaço decisório cedido pelo o Estado para que ocorra em grande escala a participação pública. A concepção de informação é outro elemento que vai pré dispor a deliberação. Pois a informação importante para a deliberação do governo é tornada pública. Essa concepção parte do pressuposto de que o Estado possui informações incompletas para a tomada de decisões, sendo necessários, portanto, informações adicionais vindas dos atores sociais. Bem como, as informações devem ser partilhadas e discutidas porque nenhum dos atores detém, de forma prévia, as informações/soluções. Ambas precisam ser produzidas pelo coletivo.

2.6 Quanto ao conceito de representação não eleitoral.

Avritzer (2007) explica que as reivindicações por maior presença em instituições que deliberam sobre várias políticas públicas possibilitou a existência de instituições híbridas, nas quais, há participação tanto da sociedade civil como dos atores estatais. Que esse fenômeno vem sendo estudado da ótica do aumento da participação. Mas o autor propõe entender as instituições participativas do ponto de vista da representação. Porque para além de, os atores sociais se auto denominarem representantes da sociedade civil, o governo em uma sociedade democrática, reconhece também como oficial a representação da sociedade civil liderada por tais atores sociais

segundo (GURZE LAVALLE, HOUTZAGER e CASTELLO, 2006), de acordo com Avritzer (2007).

Avritzer (2007) entende por representação: a maximização das formas de como os atores sociais, eleitos ou não, apresentam temas de políticas públicas nas instituições participativas. O mesmo aponta que a representação que é realizada pelos atores da sociedade civil vai se diferenciar dos atores políticos do parlamento. Isso se deve por não existir o requisito explícito da autorização.³ Também por não haver a necessidade de uma estrutura de monopólio do território para haver representação, nem a igualdade matemática entre os indivíduos. Esses três elementos caracterizam a representação via eleição. Percebe a representação da sociedade civil como pluralista, em virtude de se apresentar de n formas. Avritzer (2007) destaca que: “ *A moderna teoria da representação está baseada em três elementos: a autorização, o monopólio, e a territorialidade*” (p.445).

Ao analisar o elemento da representação na obra de Hobbes (1991), O Leviatã, o autor, interpreta que em Hobbes é reduzido o problema da representação ao problema da autorização. Já, em Cícero (1942) , segundo Avritzer (2007), a representação envolve tanto a identificação quanto a autorização.

Para esse autor a teoria da representação pode ser dividida em dois momentos, a hipotética (o contrato social), e a centralidade do tema nas teorias sobre o revezamento dos governantes no poder.

Avritzer (2007) também discute a associação do monopólio e territorialidade a ideia de representação. Vai concluir que, na origem, a política moderna envolve a ideia de representação por afinidade. Só que essa dimensão foi sendo substituída aos poucos pelo monopólio da representação dentro do território. Agora, com a crise desse conceito monopolista de representação, houve a elaboração, por parte de teóricos, de outros conceitos

³ O conceito de autorização que justifica a representação foi elaborado por Hobbes. Mais tarde ele foi desenvolvido pela autora, PITKIN, F. HANNA. (1967). Na obra *The Concept of Representation*. Berkclely, University of California Press.

de representação: representação virtual; representação com a expansão temporal; representação discursiva. Só que tais conceitos, para o autor, não ultrapassam a autorização via eleição, o que os limitam.

Com base nas contribuições de Urbanati (2000) e Dryzek (2000) que são as seguintes: “(...) a eleição é uma entre as múltiplas dimensões de representação e da relação entre Estado e sociedade civil” (AVRITZER, 2007, p.452). E também que as eleições, apesar de serem importantes, não dão conta das relações de representação entre os atores sociais e o Estado. E também com base na ideia de Dryzek (2000), que se refere necessidade de se institucionalizar novas formas de discurso. Avritzer (2007) se apropria de tais contribuições, para criar o seu conceito de representação por afinidade. Este que dialoga com a representação via eleitoral. Pois para o mesmo, em uma sociedade democrática, há uma necessidade de se articular as várias formas de representação e que todas são legítimas, cada uma com seu papel bem definido.

Avritzer (2007) chama a atenção para entendermos o papel da autorização na criação da legitimidade dentro desse contexto (de várias formas de representação). Que o que há são vários tipos de autorização para papéis políticos diferentes; o agente (político); advogado (ONGs); partícipe (sociedade civil). O que vai dar legitimidade a representação por afinidade é a identidade ou solidariedade parcial exercida anteriormente, segundo o autor, ou seja, a relação com o tema.

E por fim, sugere que o futuro da representação eleitoral está relacionado com outras formas de representação e que isso é um reflexo da maior presença da sociedade civil em questões de políticas públicas, dentro do contexto democrático. Por isso a pertinência de se estudar outras formas de representação.

2.7 O conceito de instituições participativas: deliberação em políticas públicas.

O êxito da prática deliberativa varia de acordo com o desenho da própria instituição civil e do contexto social e político, no qual a mesma está inserida. Ou seja, o sucesso da associação vai depender da articulação entre o desenho institucional, organização da sociedade civil e vontade política de implementar formas de participação. Avritzer (2008) apresenta o seu conceito de instituições participativas:

(...) entendemos formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas (AVRITZER<2009, no prelo) (AVRITZER, 2008: p. 45).

Avritzer (2008) explica que a prática deliberativa que pode ser exercida pelos cidadãos e associações civis se dá a partir de três desenhos. “de baixo para cima”, a associação que se organiza desse modo, permite a entrada de qualquer cidadão para fazer parte do processo participativo. E as eleições de seus delegados e conselheiros são feitas pela população. Como exemplo desse tipo de desenho, o autor nos dá o Orçamento Participativo, que na visão do mesmo é o desenho mais democratizante dos três, por dispor da capacidade de alterar a relação entre Estado e sociedade. O segundo é a partilha de poder, na associação guiada por essa lógica, a participação dos atores políticos e civis ocorre de forma simultânea. A mesma não absorve um grande número de atores sociais, é determinada por lei e poderá sofrer punições se não viabilizar o processo participativo. Os conselhos de saúde são exemplos desse tipo de associação. Segundo o autor, são mais democratizantes no caso de oposição à participação promovida por atores políticos. Através da ratificação pública é que se dá a deliberação dos Planos diretores municipais por exemplo. Nesse tipo de associação os atores não participam das tomadas de decisões, porém são convidados para referendá-la de forma pública. Para Avritzer (2008) esse arranjo é mais eficiente em uma conjectura contrária à participação havendo, portanto, necessidade de intervenção por parte do Judiciário e MP para reguardar as formas de participação asseguradas pela constituição.

2.8 A relevância das associações e alguns dos impasses deliberativos.

Segundo Luchmann (2012) para a teoria da democracia participativa, as associações são vistas como mecanismos nos quais há uma qualificação na atividade de participação direta dos indivíduos. Já para a teoria de democracia deliberacionista a existência de associações na sociedade civil propicia legitimidade as instituições políticas formais. Na perspectiva analítica da teoria de democracia associativa, tais instituições são possibilidades para a administração de demandas plurais junto aos governos. Em tal tríade teórica há variações do papel das associações, no entanto, todas elas percebem que essas instituições tem potencial para ampliar e aprofundar a democracia. Objetivo este desejado por essas três correntes, diante da recusa da percepção minimalista democracia enquanto apenas um método, baseado na individualidade e competitividade.

Miguel (2001) discorre que de início, o projeto da democracia deliberativa pretendia produzir coletivamente as normas sociais a partir das instituições democráticas. O que não ocorreu, em virtude, principalmente, da escolha dos preceitos da teoria democrática liberal pela constituição. O que ocorre, no máximo, é uma incorporação da teoria deliberacionista enquanto, apenas, mais um aspecto do constitucionalismo liberal, com o objetivo de gerar mais legitimidade para este. Fato esse, que na observação do autor, caracteriza a perda da função crítica da teoria deliberacionista.

O autor apresenta os valores que devem orientar as tomadas de decisões, a saber, a participação de todos, argumentação racional, publicidade, ausência de coerção e igualdade. Problematisa a relevância dos mesmos dentro do atual contexto democrático. No qual há uma distorção dos mesmos, que é fomentada pelos discursos e ideologias dominantes. Que se dá em virtude da relação dos representantes desses dois elementos citados, com as forças econômicas. É observada em seu texto a forte influência da economia transnacional para o conteúdo das políticas públicas, bem como no grau de democracia. E assim sendo, como implementar os mecanismos da teoria deliberacionista? Tanto para Dryzek (1996) quanto para Habermas (1984),

segundo Miguel (2001), só poderão ser implantados por via da mudança na constituição liberal.

Miguel (2001) critica vários elementos abordados pela teoria deliberacionista, entre eles, destacaremos a organização da discussão política. Para esta corrente, a priori, para haver uma boa discussão que faz parte do processo deliberativo, é necessário que os atores sociais dominem a habilidade do discurso racional. Só que a maioria não dispõe dessa habilidade, por causa da distribuição desigual de uma educação de qualidade. Ele ainda frisa que outros autores, diante dessa problemática, propuseram a aceitação de outras formas de discursos; narrativas, testemunho, saudação e etc. Só que o que é mais valorizado é o discurso racional. Logo, tal preceito da teoria deliberativa acaba excluindo a grande maioria dos atores sociais.

O autor indica que para haver uma possibilidade de solucionar os impasses da democracia deliberativa, é necessário que esta recupere o legado da teoria participacionista. Esta última dá ênfase aos constrangimentos materiais para viabilizar a participação política, para então a democracia deliberativa renovar seu compromisso crítico.

São visíveis algumas dificuldades relacionadas à teoria deliberativa apontadas pelo autor. Como também, a emergência de estudos que busquem mostrar como o atual modo de produção interfere impedindo a livre deliberação pública.

3 METODOLOGIA E RESULTADOS

3.1 Pesquisa Exploratória

A natureza do trabalho é exploratória, esse tipo de pesquisa é relevante para nos familiarizarmos com temas que foram pouco explorados ou que nem foram abordados ainda. Principalmente para o levantamento de dados que poderão ser usados em pesquisas futuras. No quadro abaixo, seguem as principais características da pesquisa.

Quadro 1- Desenho de Pesquisa

Questão de Pesquisa	Como acontece a prática da participação e da deliberação no Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas?
Objetivo	Mapear as características do processo da prática da participação e da deliberação no Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas.
Amostra	Trinta e quatro atas de reuniões ordinárias ⁴ .
Recorte Temporal	2009-2012

Fonte: Elaboração da autora (2014).

3.2 Estudo de caso

É uma das ferramentas qualitativas de coleta de dados existentes para a pesquisa de microrrealidades. De acordo com a literatura, quando o objetivo é descrever o processo, preferencialmente de instituições e movimentos sociais, ela é bastante utilizada para o levantamento de dados. Pois a mesma responde as questões de como e por que. É uma técnica que permiti sabermos mais sobre os processos sociais.

⁴Foi afirmado pela presidente Maria Consuelo Correia que, devido à correria do dia a dia, não foi feito o registro em ata de todas as reuniões do período já mencionado, uma vez que a média de reuniões é de duas por mês no núcleo central do SINTEAL.

A nosso ver por haver uma adequação da técnica estudo de caso com o objetivo do trabalho e com as características do objeto de estudo, nossa pesquisa exploratória revela-se na forma de um estudo de caso.

O tratamento dos dados coletados se deu através do uso da estatística descritiva. O método de análise quantitativo dos dados também é utilizado nos estudos exploratórios e descritivos que objetivam o aprofundamento, descobrimento e ou classificação entre as variáveis. Este método foi o selecionado nesta pesquisa porque possibilita uma análise mais objetiva.

3.3 Construção do banco de dados

Para que fosse possível emprendermos uma análise quantitativa foi necessária à produção de um banco de dados sobre as reuniões ordinárias do SINTEAL. No quadro abaixo, apresentamos as variáveis utilizadas nesse processo, as mesmas foram selecionadas mediante leitura prévia das atas.

Quadro 2- Descrição de variáveis do Banco de Dados sobre as reuniões ordinárias do SINTEAL (2009-2012).

Nº	Variável	Valores	Tipo
01	Número	String	Discreta
02	Data da reunião	String	Ordinal
03	Tema Central da Pauta	1=Político; 2=Admin; 3=Orçamento; 4=Polít-salarial; 5=eleitoral; 6=Outro.	Categórica
04	Outro	6=Outro	Categórica
05	Tema secundário 1	1=Político; 2=Admin; 3=Orçamento; 4=Polít-salarial; 5=eleitoral; 6=Outro.	Categórica
06	Tema secundário 2	1=Político; 2=Admin; 3=Orçamento; 4=Polít-salarial; 5=eleitoral; 6=Outro.	Categórica
07	Tema secundário 3	1=Político; 2=Admin; 3=Orçamento; 4=Polít-salarial; 5=eleitoral; 6=Outro.	Categórica
08	Tema secundário 4	1=Político; 2=Admin; 3=Orçamento; 4=Polít-salarial; 5=eleitoral; 6=Outro.	Categórica
09	Houve votação?	0=Não; 1=Sim	Dicotômica
10	Tema da votação 1	String	Nominal
11	Deliberação da votação 1	String	Nominal
12	Tema da votação 2	Dissolução ou manutenção da diretoria do núcleo de Delmiro Gouveia.	Nominal
13	Deliberação da votação 2	Foi aprovada a dissolução da diretoria do núcleo de Delmiro Gouveia.	Nominal
14	Quantas pessoas se pronunciaram?	String	Discreta
15	Quantidade de	String	Discreta

	membros presentes		
--	-------------------	--	--

Fonte: Elaboração da autora (2014).

3.4 Resultados

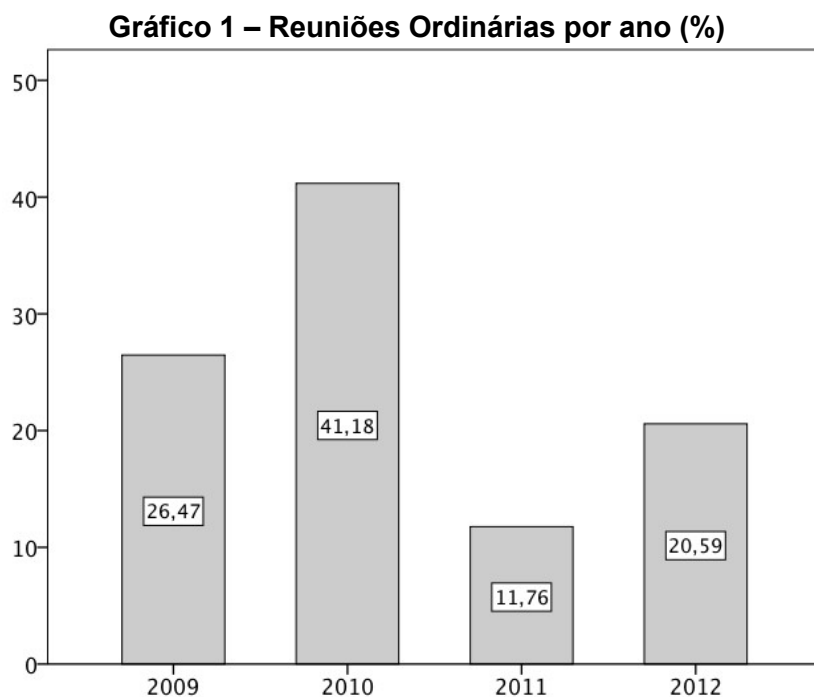
Com o objetivo de melhor entender a prática da participação política e da deliberação no SINTEAL, vamos iniciar a análise dos dados.

Tabela 1 – Distribuição de frequência e percentual das Reuniões ordinárias por ano

	Frequência	%
2009	9	26,5
2010	14	41,2
Valid 2011	4	11,8
2012	7	20,6
Total	34	100,0

Fonte: Elaboração da autora (2014).

Durante todo o período analisado, 26,5% das reuniões do SINTEAL ocorreram em 2009, já em 2010 foram 41,2%, e em 2011 e 2012 foram respectivamente 11,8% e 20,6%. Observamos que o ano que teve mais reuniões foi o de 2010, um ano eleitoral, no qual o poder de pressionar é maior porque os atores políticos ou querem se manter no poder ou querem garantir apoio para seus indicados políticos. Contudo, a maior frequência de reuniões em anos eleitorais não pode ser validada porque 2012, ano também eleitoral, o percentual de reuniões ficou abaixo do percentual de 2009, ano que não foi eleitoral. Podemos visualizar, de forma mais clara, essa frequência no gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração da autora (2014).

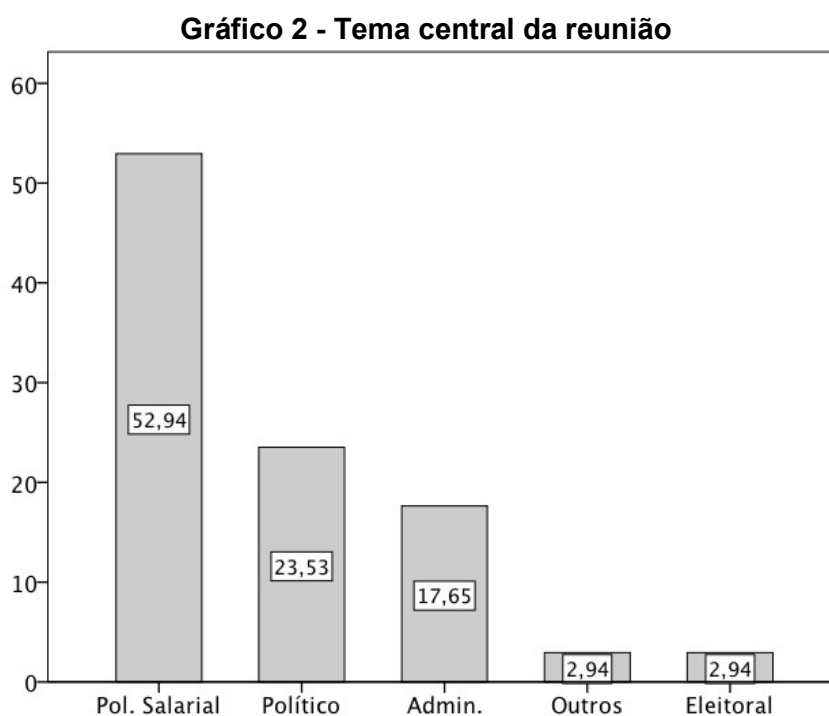
Tabela 2 - Distribuição de frequência e percentual do Tema central da reunião nos quatro anos.

	Frequência	%
Político	8	23,5
Administrativo	6	17,6
Valid Político Salarial	18	52,9
Eleitoral	1	2,9
Outros	1	2,9
Total	34	100,0

Fonte: Elaboração da autora (2014).

No recorte temporal de quatro anos, o tema central das reuniões no SINTEAL que mais se destaca é o da política salarial com 52,9%. Em seguida temos os temas nessa ordem, político com 23,5%, administrativo com 17,6%, eleitoral e outros com 2,9% cada um. O que evidencia como principal preocupação do sindicato a questão de caráter corporativista. No gráfico

abaixo, podemos constatar o que foi dito acima.



Fonte: Elaboração da autora (2014).

Esta maior preocupação do sindicato com a política salarial, visualizada no gráfico acima, está em acordo com o primeiro objetivo do SINTEAL conforme seu estatuto.

Tabela 3 - Distribuição de frequência e percentual do Tema central da reunião por ano.

	Tema Central					Total	
	Político	Administ.	Política Salarial	Eleitoral	Outros		
Ano da Reunião	2009	1 11,11%	2 22,22%	6 66,67%	0 0,00%	0 0,00%	9 100,00%
	2010	4 28,57%	3 21,43%	5 35,71%	1 7,14%	1 7,14%	14 100,00%
	2011	2 50,00%	0 0,00%	2 50,00%	0 0,00%	0 0,00%	4 100,00%
	2012	1 14,29%	1 14,29%	5 71,43%	0 0,00%	0 0,00%	7 100,00%
Total	8 23,53%	6 17,65%	18 52,94%	1 2,94%	1 2,94%	34 100,00%	

Fonte: Elaboração da autora (2014).

Ao aprofundar a análise do tema central das reuniões, levando em consideração sua frequência por ano, também observamos que o tema que mais se destaca é o da política salarial em detrimento dos outros temas. Pois tal tema aparece em 2009 com 66,6%, em 2010 com 35,75, em 2011 com 50% e 2012 com 71,4%.

Tabela 4 - Distribuição de frequência e percentual dos Temas secundários da reunião por ano.

Ano	Temas	Tema Sec. 1		Tema Sec. 2		Tema Sec. 3		Tema Sec. 4	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
2009	Político	3	37,5						
	Administrativo	3	37,5	3	75,0				
	Política Salarial	1	12,5			1	100,0		
	Eleitoral	1	12,5	1	25,0				
	Total	8	100,0	4	100,0	1	100,0		
2010	Político	2	20,0	3	50,0				
	Administrativo	3	30,0						
	Política Salarial	4	40,0	3	50,0				
	Eleitoral	1	10,0					1	100,0
	Orçamentário					1	100,0		
	Total	10	100,0	6	100,0	1	100,0	1	100,0
2011	Administrativo			2	100,0				
	Político	2	66,7						
	Eleitoral	1	33,3						
	Total	3	100,0	2	100,0				
2012	Político	1	20,0	2	66,7				
	Administrativo	1	20,0			1	50,0		50,0
	Política Salarial	1	20,0						
	Eleitoral	2	40,0	1	33,3				
	Orçamentário					1	50,0		50,0
	Total	5	100,0	3	100,0	2	100,0		

Fonte: Elaboração da autora (2014).

Ao voltarmos nossa atenção para a frequência dos temas secundários nas reuniões do SINTEAL por ano, observamos que em 2009 houve um empate entre os temas secundários 1 que mais se destacaram, são eles: o político e o administrativo com 37,5% cada um. No ano de 2010 o tema secundário 1 que mais se destacou foi o da política salarial com 40%. Em 2011 o político se sobressai com 66,7%. Em 2012 o destaque é o eleitoral, como tema secundário 1 com 40%.

A categoria política salarial que se destaca como tema central nas reuniões do sindicato, também aparece nos temas secundários 1, 2 e 3, e a

depende do ano até aparece como tema secundário principal, o que só reforça a preocupação primeira do SINTEAL com os interesses da classe.

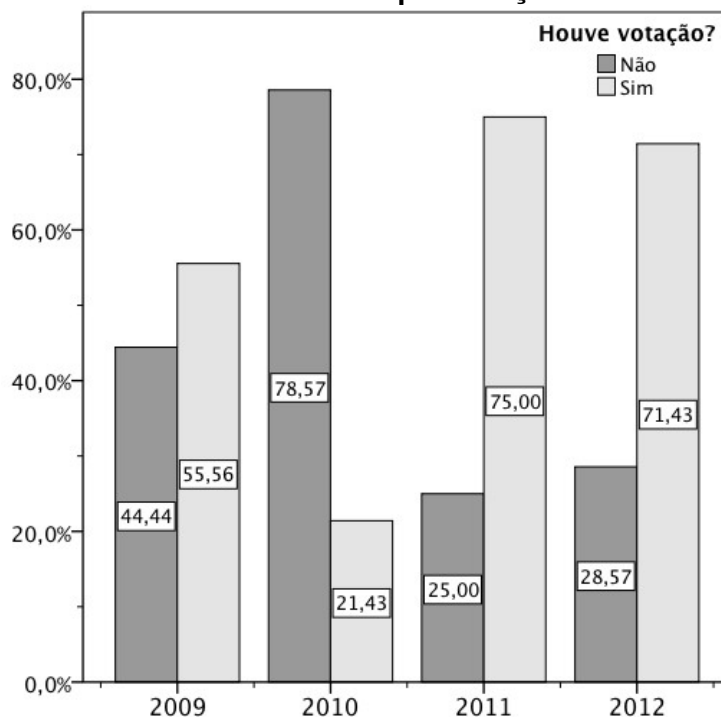
Tabela 5 - Distribuição de frequência e percentual da Votação por tema central.

Variável	Houve votação?		Total	
	Não	Sim		
Tema Central	Político	3 37,5%	5 62,5%	8 100,0%
	Administrativo	5 83,3%	1 16,7%	6 100,0%
	Política Salarial	9 50,0%	9 50,0%	18 100,0%
	Eleitoral	0 0,0%	1 100,0%	1 100,0%
	Outros	1 100,0%	0 0,0%	1 100,0%
	Total	18 52,9%	16 47,1%	34 100,0%

Fonte: Elaboração da autora (2014).

Como podemos observar na tabela acima, outro dado interessante é o da ocorrência de votação por tema central da reunião. De forma geral há mais votação nas reuniões quando o tema central é o político, com 62,5%. No entanto, se levarmos em consideração o número total de reuniões analisadas, o destaque vai para a política salarial como tema central com 50%. Ou seja, há mais tomada de decisão através de votação nas reuniões que tem como tema central a política salarial, esse indicativo torna mais solidada a análise descrita no parágrafo anterior. Na imagem abaixo, podemos visualizar a frequência de votação nas reuniões do SINTEAL por ano.

Gráfico 3 – Ano por votação



Fonte: Elaboração da autora (2014).

No gráfico acima podemos observar que no ano de 2009 houveram 55,5% de votações nas reuniões do SINTEAL. Em 2010 o percentual de votações foi o mais baixo, com apenas 21,4%. Nos dois anos seguintes o percentual de votações nas reuniões foram de 75% e 71,4%. A tomada de decisão através de votação é uma prática deliberativa deste sindicato em boa parte de suas reuniões.

Quadro 3 – Descrição do Tema das votações nas reuniões ordinárias do SINTEAL (2009-2012).

Ano	Tema da votação	Deliberação da Votação
2009	Sobre a proposta do município de oferecer 13% de reajuste.	O SINTEAL apresentou uma proposta de 19% e o Município de 13%. A categoria rejeitou os 13%.
	Escolha da comissão eleitoral.	--
	Escolha do nome do 12º congresso do SINTEAL.	Congresso Jared de Viana

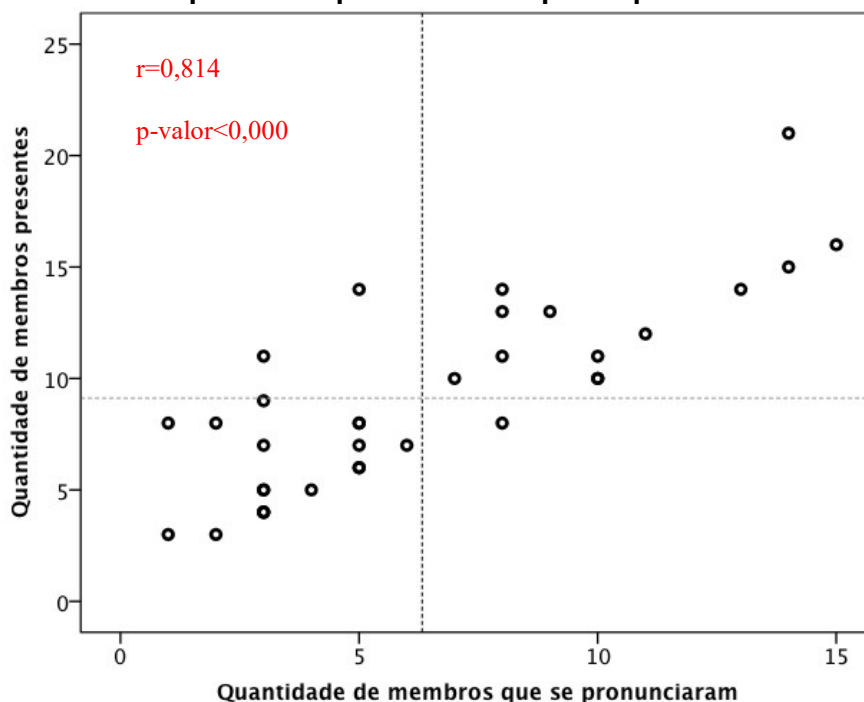
	Greve já ou Greve a partir da próxima segunda feira por quinze dias.	Foi aprovada greve por quinze dias e com a construção da agenda.
	Os artigos 16, 28, 48, 71, 88, do regimento do SINTEAL.	Os artigos foram aprovados.
2010	Continuidade do processo eleitoral de dois núcleos regionais.	Foi aprovada a continuidade do processo eleitoral dos núcleos regionais de São Miguel e Matriz.
	Estender o tempo da reunião.	Foi aprovado o aumento do tempo da reunião.
	Paralisação por um dia.	Foi aprovada a proposta de paralisação por um dia.
2011	Escolha de representantes dos conselhos do FUNDEB e do CAE.	Foram eleitos Edivaldo da Silva, Maria Barbosa, Maria dos Santos e Márcia Patrícia. Candidatos sem oponentes.
	Fazer mobilização nas ruas rumo à câmara dos vereadores.	Foi aprovada a proposta de mobilização para ir às ruas rumo à câmara dos vereadores.
	Proposta de reajuste salarial de 17%.	Foi aprovada a proposta de reajuste de 17%.
2012	Escolha de delegados para representarem o SINTEAL no Congresso Estadual da CUT.	Foram eleitos cinquenta e dois delegados. O processo eleitoral teve chapa única.
	Escolha de membros para comporem a comissão eleitoral.	Foram escolhidos seis membros para comporem a comissão eleitoral.
	Paralisação por dois dias; mobilização todos os dias com caminhadas; greve já.	Foi aprovada a paralisação por dois dias e a realização de uma caminhada até o centro de convenções.
	Permitir ou não a fala de um dos membros não quite com as mensalidades.	Foi aprovada a permissão de fala de um dos membros não quite com as mensalidades.
	Realizar atividade de mobilização no CEPA e SEMED	Foi aprovada a realização de atividade de mobilização no CEPA e SEMED por um dia.

Fonte: Elaboração da autora (2014).

O quadro acima apresenta de forma qualitativa tanto os temas das votações quanto as deliberações das votações por ano nas reuniões do

SINTEAL. É perfeitamente visível que o maior número de discussões e tomadas de decisão através de votações está ligado a temas que estão relacionados com a política salarial dos trabalhadores da educação do Estado de Alagoas.

Gráfico 4 – Membros presentes por membros que se pronunciam nas reuniões.



A média de quantidade de membros que frequentaram as reuniões do SINTEAL entre os anos de 2009 a 2010 foi de 9,12, enquanto a média de membros presentes que se pronunciam foi de 6,32. A correlação de Pearson foi de 0,814 com o $p\text{-valor}<0,000$, o que indica uma relação positiva e significativa entre a quantidade de membros presentes nas reuniões e quantidade de membros que se pronunciam. Em termos práticos, quanto maior a quantidade de indivíduos presentes na reunião, maior a quantidade daqueles que se pronunciam.

**Quadro 04- Tema e deliberação nas reuniões ordinárias do SINTEAL
(2009-2012).**

Tema da votação 1	Escolha do nome do 12º congresso do SINTEAL. Escolha da comissão eleitoral. Sobre a proposta do município de oferecer 13% de reajuste. Sobre os artigos 16, 28, 48, 71, 88, do regimento do SINTEAL. Greve já ou Greve a partir da próxima segunda feira por quinze dias. Continuidade do processo eleitoral de dois núcleos regionais. Paralisação por um dia. Estender o tempo da reunião. Escolha de representantes dos conselhos do FUNDEB e do CAE. Proposta de reajuste salarial de 17%. Fazer mobilização nas ruas rumo a câmara dos vereadores. Realizar atividade de mobilização no CEPa e SEMED. Escolha de delegados para representarem o SINTEAL no Congresso Estadual da CUT. Permitir ou não a fala de um dos membros não quite com as mensalidades. Escolha de membros para comporem a comissão eleitoral. Paralisação por dois dias; mobilização todos os dias com caminhadas; greve já
Deliberação da votação 1	Congresso Jared de Viana. O SINTEAL apresentou uma proposta de 19% e o Município de 13%. A categoria rejeitou os 13%. Os artigos foram aprovados. Foi aprovada greve por quinze dias e com a construção da agenda. Foi aprovada a continuidade do processo eleitoral dos núcleos regionais de São Miguel e Matriz. Foi aprovada a proposta de paralisação por um dia. Foi aprovada a extensão de tempo da reunião. Foram eleitos Edivaldo da Silva, Maria Barbosa, Maria dos Santos e Márcia Patrícia, candidatos sem oponentes. Foi aprovada a proposta de reajuste de 17%. Foi aprovada a proposta de mobilização para ir às ruas rumo à câmara dos vereadores. Foi aprovada a realização de atividade de mobilização no CEPa e SEMED por um dia. Foram eleitos cinquenta e dois delegados. O processo eleitoral teve chapa única. Foi aprovada a permissão de fala de um dos membros não quite com as mensalidades. Foram escolhidos seis membros para comporem a comissão eleitoral. Foi aprovada a paralisação por dois dias e a realização de uma caminhada até o centro de convenções.
Tema da votação 2	Dissolução ou manutenção da diretoria do núcleo de Delmiro Gouveia.
Deliberação da votação 2	Foi aprovada a dissolução da diretoria do núcleo de Delmiro Gouveia.

Como observamos no gráfico 03, as votações nas reuniões do SINTEAL ocorrerem de forma bem expressiva. O quadro acima nos revela os temas destas votações. Podemos notar que os temas mais recorrentes são aqueles ligados a política salarial da categoria. Entre eles se destacam: reajuste da categoria; greves; paralisações; mobilizações com caminhadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho vimos que o surgimento dos sindicatos em território nacional se deu no fim do século XIX e de forma não legal. Os primeiros sindicatos eram da área da indústria, só mais tarde surgiram os sindicatos da área educacional. Com a promulgação da constituição de 1988, a atividade sindical foi ampliada para a categoria dos funcionários públicos.

Os sindicatos de educação têm como principal objetivo proteger os interesses de seus associados, assim como nos sindicatos de outras categorias. No entanto, há autores que enfatizam a falta de autonomia sindical para o cumprimento desse objetivo, desde o início das atividades sindicais no Brasil.

O SINTEAL é um exemplo clássico de entidade sindical e foi selecionado no trabalho por, além disso, ser em potencial um desenho que através da realização de suas atividades influencia nas tomadas de decisões das instituições políticas locais na área educacional.

A partir da discussão acerca da democracia participativa/deliberativa realizada é possível compreender que ambas surgem como antítese da teoria de democracia contemporânea elitista. Dentro de um contexto no qual demandava por novas formas de participação e deliberação, possibilitando a implementação da democracia com uma forma de governo. Ambas questionam a legitimidade das ações políticas orquestradas somente pelos representantes escolhidos através das eleições.

Os conceitos de participação e deliberação, dentro das mais variadas perspectivas teóricas, sofrem alterações nas formas de aplicação. O que vai possibilitar esse fato depende de como cada linhagem teórica vai conceber a democracia. O que predispõe que tais conceitos ora representem papéis centrais dentro das análises políticas, ora sejam meros coadjuvantes. Contudo, dentro de um contexto no qual a democracia está consolidada, é imprescindível um estudo mais criterioso acerca de tais conceitos.

Não há um único modelo de instituição civil que funcione enquanto um espaço, no qual se maximize a participação e a deliberação, devidas às demandas plurais típicas do contexto social e político em questão. O que há são modelos, no caso nacional, que apontam a viabilidade prática da participação/deliberação, tais modelos são ferramentas importantes para a democratização de práticas de políticas públicas, em algum grau, a depender do desenho.

Em virtude da especificidade do objeto de estudo, optamos por uma pesquisa exploratória, com a utilização de técnica estudo de caso para coleta dos dados, bem como da estatística descritiva para tratá-los e posteriormente interpretá-los.

Quanto à prática da participação e da deliberação no SINTEAL, optamos por usar como variável explicativa as reuniões ordinárias. Do total de reuniões analisadas, 26,5% delas ocorreram em 2009; em 2010 foram 41,2% e em 2011 e 2012 foram respectivamente 11,8% e 20,6%. O ano que teve mais reuniões foi o de 2010, um ano eleitoral, no qual o poder de pressionar é maior porque os atores políticos ou querem se manter no poder ou querem garantir apoio para seus indicados políticos. Contudo, a maior frequência de reuniões em anos eleitorais não pode ser validada porque em 2012, ano também eleitoral, o percentual de reuniões ficou abaixo do percentual de 2009, ano não eleitoral.

No recorte temporal selecionado em nosso trabalho, o tema central das reuniões que mais se destacou foi o da política salarial com 52,9%. Quando aprofundamos a análise do tema central das reuniões por ano, também observamos que o tema da política salarial é o que mais se destaca em cada ano em detrimento dos demais temas.

A categoria política salarial que se destaca como tema central nas reuniões do sindicato, também aparece nos temas secundários 1, 2 e 3, e a depender do ano até aparece como tema secundário principal. E quando levamos em consideração o número total de reuniões analisadas, o destaque também vai para a política salarial como tema central com 50%. Ou seja, há

mais tomada de decisão através de votação nas reuniões que tem como tema central a política salarial.

Ao analisarmos os temas de votação e das deliberações da votação, também identificamos que um maior número de discussões e tomadas de decisão através de votações está ligado a temas que estão relacionados com a política salarial dos trabalhadores da educação do Estado de Alagoas.

A pesquisa nos mostrou que o maior número de atividades desempenhadas pelo sindicato prioriza a preocupação com os interesses corporativistas, uma vez que a variável política salarial aparece de forma bem mais expressiva que as demais tanto como tema central das reuniões, como tema de deliberações e votações. Esta preocupação está parcialmente em acordo com o objetivo primeiro do SINTEAL conforme o capítulo I e Art. 3º do Estatuto 2009, a saber: *a) Promover a união dos trabalhadores da educação de Alagoas na defesa dos seus direitos, interesses profissionais, independência econômica, propugnando por condições condignas de trabalho.* Também identificamos que quanto maior for o número de associados presentes nas reuniões do SINTEAL é maior o número daqueles que se pronunciam.

Dentro do universo analisado, há uma redução da dimensão Participacionista, uma vez que os membros do sindicato que mais atuam nas atividades fazem parte da diretoria. É baixa a participação de afiliados que não integram a diretoria. Também há uma redução da dimensão da Deliberação, quando consideramos o total de afiliados, pois a prática da deliberação intercorre em um grupo reduzido. Identificamos uma maior concentração de atividades, desempenhadas pelos atores sindicais, diretamente relacionadas ao tema da política salarial, toda via, há outros objetivos conforme o estatuto da entidade e a estes não foram dados o mesmo relevo. Diante de tais aspectos, caracterizamos a prática da participação e da deliberação no SINTEAL como parcial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares (2008). “O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança”, *In: SORJ, B.*, _____, (orgs.). *Sociedade política no Brasil pós-61 [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 279-312.
- AVRITZER, Leonardo (1997). Um Desenho Institucional Para o Novo Associativismo. *Lua Nova*, n. 39, p. 149-202.
- AVRITZER, Leonardo (2000). Teoria Democrática e Deliberação Pública. *Lua Nova*. n. 49, p. 25-46.
- AVRITZER, Leonardo (2007). Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, n. 3, p. 443 a 464.
- AVRITZER, Leonardo (2008). Instituições Participativas e Desenho Institucional: Algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, nº1, Junho, p. 43-64.
- CORTEZ, Soraya M. Vargas (1988). “Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados”, *In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; CORREIA, Maíra Baumgarten* (orgs.). *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v.9, p. 11-47.
- GOUVEIA, Andréa Barbosa. FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos (2013). Sindicalismo Docente e Política Educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. *Educar em Revista*, Curitiba, UFPR, n. 48, p. 111-129, abr./jun.
- HABERMAS, Jurgen (2002). “Três Modelos Normativos de Democracia”, *In: _____*. *A Inclusão Do Outro – Estudo de Teoria Política*. São Paulo: Loyola, p. 269-284.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. CLEMENTE, Augusto Junior (2012). Democracia Deliberativa e Orçamento Público: Experiências De Participação em Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 127-157.
- LIRA, Jailton de Souza (2012). *A trajetória Sindical dos Trabalhadores da Educação em Alagoas (1985-2010)*. Dissertação (Mestrado em Educação)-Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas.
- LUCHMANN, Lígia Helena Habn (2007). A Representação no Interior das Experiências de Participação. *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p.139-170.
- LUCHMANN, Lígia Helena Habn (2008). Participação e Representação nos Conselhos Gestores e no Orçamento Participativo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 87-97, Jan./Abr.

LUCHMANN, Lígia Helena Habn (2012). Participação e Aprendizado Político no Orçamento Participativo: Estudo de Caso em um Município Catarinense. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 513-532, Abr./Jun.

LUCHMANN, Lígia Helena Habn (2012). Modelos Contemporâneos de Democracia e o Papel das Associações. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.20, n. 43, p. 59-80.

MIGUEL, Luis Felipe (2001). Promessas e Limites da Democracia Deliberativa. *RBCS*, v. 16, n. 46, p.175-177, Jun.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(1995). “O Conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia Clássica”, *In: Guareschi, Pedrinho; Jovcheloich, Sandra (orgs.). Textos em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, Cap. 3, p. 89-111.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (2009). “O Desafio da Pesquisa Social”, *In: _____ (org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 28. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, p. 7-29.

PATEMAN, Carole (1992). *Participação e Teoria Democrática*. São Paulo: Paz e Terra.

SANTOS, Boaventura de Souza e AVRITZER, Leonardo (2002). “Para Ampliar o Cânone Democrático. As Pontualidades da Participação”, *In: SANTOS, Boaventura de Souza e AVRITZER, Leonard (org.). Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 39-42 e 65-70.

RICHARDSON, Roberto Jarry (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas. p. 70-89.

ROESE, Mauro. (1998). “A Metodologia do Estudo de Caso”, *In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; CORREIA, Maíra Baumgarten (orgs.). Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, PPGS/UFRGS, v. 9, p. 189-200.

ROSSO, Sadi Dah (2013). Fragmentação Sindical. *Educar em Revista*, Curitiba, UFPR, nº 48, p. 39-52, abr./jun.

SANTANA, Marco Aurélio (1999). Entre a Ruptura e a Continuidade: Visões da história do movimento sindical brasileiro. *RBCS*, v. 14, n. 41, p. 103-120, Out.

VIEIRA, Mónica Brito. SILVA, Filipe Carreira (2013). Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. *RBCP*, Brasília, n.10, p. 151-194, Jan./Abr.

Site do SINTEAL, Disponível em: [WWW.sintead.org.br](http://www.sintead.org.br) <http://www.sintead.org.br/arquivo/estatuto-do-sintead/> (acessado em 02/10/2013).

ANEXO A- Objetivos do SINTEAL conforme o Estatuto.

- a) Promover a união dos trabalhadores da educação de Alagoas na defesa dos seus direitos, interesses profissionais, independência econômica, propugnando por condições condignas de trabalho;
- b) Propor soluções para os problemas dos trabalhadores da educação do Estado de Alagoas, diretrizes da política educacional e da formação e qualidade do desempenho dos trabalhadores da educação;
- c) Prestar assistência e apoio a seus associados, sobretudo quando forem cerceados em suas atividades profissionais, ameaçados em sua liberdade de manifestação e expressão ou atingidos em seus aspectos moral e psicológico;
- d) Promover e defender o direito do povo à educação pública e democrática, acessível à ampla maioria e que se realize com interesse nacional e popular;
- e) Promover a livre participação de todos para realizar e legitimar as formas institucionais necessárias à construção efetiva da soberania nacional e solidariedade internacional;
- f) Incentivar e promover o surgimento de lideranças que atuam nos diversos níveis e instâncias do SINTEAL;
- g) Representar perante as autoridades governamentais e jurídicas os interesses dos trabalhadores da educação;
- h) Promover congressos, seminários, simpósios, encontros excursões e outros eventos em defesa da educação e da formação político-sindical de seus associados;
- i) Defender a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo na luta pela conquista de um país soberano, democrático e progressista contra todo tipo de ingerência nos assuntos nacionais e pela reforma urbana e agrária antilatifundiária;
- j) Celebrar convênios e acordos coletivos de trabalho;
- k) Manter intercâmbio com outras entidades da área educacional sócio-cultural e sindical, na defesa dos interesses comuns dos trabalhadores, estimulando a solidariedade e ação unitária;
- l) Combater toda e qualquer forma de discriminação, étnica, religiosa, político-partidária ou de gênero. (Estatuto do SINTEAL, Capítulo I, Art. 3º).

ANEXO B- Quadro 1 – Distribuição de Núcleos Regionais do SINTEAL

1º Regional	
Maceió (sede)	Barra de Santo Antônio
	Marechal Deodoro
	Paripueira
2º Regional	
São Miguel (sede)	Anadia
	Barra de São Miguel
	Boca da Mata
	Campo Alegre
	Coruripe
	Junqueiro
	Roteiro
	Teotônio Vilela
	Jequiá da Praia
3º Regional	
Palmeiras dos Índios (sede)	Belém
	Cacimbinhas
	Estrela de Alagoas
	Igaci
	Major Isidoro
	Marimbondo
	Minador do negrão
	Quebrangulo
	Tanque Dárca
4º Regional	
Viçosa (sede)	Atalaia
	Cajueiro
	Capela
	Chã Preta
	Mar Vermelho
	Paulo Jacinto
	Pindoba
5º Regional	
Arapiraca (sede)	Coité do Nóia
	Craíbas dos Nunes
	Feira Grande
	Girau do Ponciano
	Lagoa da Canoa
	Limoeiro de Anadia
	São Sebastião
	Taquarana
	Traipú
6º Regional	
Santana do Ipanema (sede)	Carneiros
	Dois Riachos
	Maravilha
	Olho D'Água das Flores
	Olivença
	Ouro Branco

	Poço das Trincheiras
	Senador Rui Palmeira
7º Regional	
União dos Palmares (sede)	Branquinha
	Colônia de Leopondina
	Ibateguara
	Murici
	Santana do Mundaú
	São José da Lage
8º Regional	
Pão de Açúcar (sede)	Batalha
	Belo Monte
	Jacaré dos Homens
	Jaramataia
	Monteirópolis
	Palestina
	São José da Tapera
9º Regional	
Penedo (sede)	Campo Grande
	Feliz Deserto
	Igreja Nova
	Olho D'Água Grande
	Piaçabuçu
	Porto Real do Colégio
	São Brás
10º Regional	
Matriz do Camaragibe (sede)	Passo do Camaragibe
	Campestre
	Jacuípe
	Japaratinga
	Jundiá
	Maragogi
	Porto Calvo
	Porto de Pedra
	São Luís do Quitunde
	São Miguel dos Milagres
11º Regional	
Delmiro Gouveia (sede)	Mata Grande
	Água Branca
	Canapi
	Inhapi
	Olho D'Água do Casado
	Piranhas
	Pariconha
12º Regional	
Rio Largo (sede)	Fleixeiras
	Joaquim Gomes
	Messias
	Novo Lino
	Pilar
	Coqueiro Seco

	Santa Luzia do Norte
	Satuba

Fonte: Lira (2012).